

PROJETO DE LEI Nº , DE 2018

(Do Sr. RONALDO FONSECA)

Acrescenta parágrafos ao art. 289 da Lei nº 7.565, de 1986, para dispor sobre a aplicação de advertência nas infrações de menor potencial ofensivo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafos ao art. 289 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que “Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica”, para determinar a aplicação de advertência nas infrações de menor potencial ofensivo, em substituição às providências administrativas previstas no referido art. 289.

Art. 2º O art. 289 da Lei nº 7.565, de 1986, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 289.

.....

§ 1º Nas infrações de menor potencial ofensivo, definidas em regulamento, a autoridade aeronáutica, em substituição às providências administrativas previstas neste artigo, aplicará advertência ao infrator e, se for o caso, fixará prazo para reparação da irregularidade.

§ 2º Findo o prazo previsto no § 1º deste artigo, sem que o infrator tenha reparado a irregularidade que deu causa à advertência, poderá a autoridade aeronáutica tomar as providências administrativas previstas no *caput* deste artigo.

§ 3º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo em caso de reincidência da infração no prazo de um ano. (NR)

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Recente Análise para Proposição de Ato Normativo realizada no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, objeto do processo nº 0058.501190/2016-98, identificou um caráter excessivamente punitivo das normas que dispõem sobre a fiscalização na aviação civil.

De fato, o art. 291 do Código Brasileiro de Aeronáutica determina a lavratura de auto de infração tão logo seja verificada a ocorrência de qualquer infração prevista naquela Lei ou na legislação complementar, a qual, no âmbito da aviação civil, é extremamente detalhada (ou seja, qualquer deslize deve ser imediatamente punido).

São consequências dessa legislação altamente punitiva e detalhista a falta de efetividade das normas disciplinares na aviação civil, número excessivo de processos sancionatórios, acúmulo de autos de infração aguardando julgamento e ônus excessivo do processo sancionatório para a ANAC e também para o fiscalizado.

Constatou-se, ademais, que se empreende o mesmo esforço para punir infrações leves e infrações graves, sendo recomendável alteração normativa para permitir ao regulado corrigir voluntariamente a irregularidade e priorizar, assim, as atividades de fiscalização mais efetivas sob o ponto de vista de manutenção das condições de segurança.

Tal como assentado na referida análise, *“ao se colocar todas as infrações em um mesmo contexto (processo sancionatório com pena final de natureza no mínimo pecuniária), prejudica-se a atuação da fiscalização, tornando-a menos efetiva para os casos mais graves e excessivamente burocrática para os menos. Já sob o ponto de vista do regulado, a morosidade do processo sancionatório pode representar alto custo de mobilização interna para defesa dos processos em curso, sem necessariamente incentivá-lo a adotar posturas mais aderentes ao cumprimento de requisitos.”*

Este projeto de lei segue a trilha sugerida na análise da ANAC para criar um mecanismo preventivo (e não apenas punitivo) de fiscalização

pela Agência e promover um ambiente mais cooperativo entre o regulado e o regulador.

Para os casos de menor potencial ofensivo, que não constituam reincidência no prazo de um ano, passa a ser obrigatória a expedição de uma advertência antes de a autoridade aeronáutica adotar as medidas administrativas previstas no art. 289 do Código Brasileiro de Aeronáutica. Por meio dessa advertência, a autoridade poderá, inclusive, fixar um prazo para que o infrator repare espontaneamente a irregularidade.

Confiante de que este projeto de lei contribuirá para a efetividade das normas disciplinares na aviação civil, contamos com o apoio dos nobres pares no seu aprimoramento e aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2018.

Deputado **RONALDO FONSECA**
PROS/DF